SOBRE A PASSAGEM DE ALGUNS
MILHARES DE PESSOAS POR
UM BREVE PERÍODO DE TEMPO

Para contar uma história

Este texto foi escrito por vários pares de mãos ao longo dos últimos meses, num processo continuamente minado por eventos que insistiam em torná-lo incompleto sempre que parecia quase concluído. Muitas vezes discordámos sobre praticamente tudo: não apenas o que tinha acontecido e quando, ou quantas pessoas tinham estado onde, mas também quanto às questões de fundo que atravessam o período que este texto pretende narrar. O discurso aqui proposto é incompleto, parcial, questionável e eventualmente duvidoso. Ante as inúmeras experiências pessoais e colectivas seria ridículo sugerir que estas dezenas de páginas fazem mais do que reunir as notas, ideias, desejos e projecções de uma mão cheia de pessoas, limitadas pelos contextos pessoais e políticos onde estiveram inseridas. A intensificação dos processos emancipatórios em curso foi, talvez como nunca antes na história, acompanhada por uma gigantesca multiplicação de instâncias onde se comenta e discute tudo até à exaustão. Pensamos que esta nossa contribuição seria útil a esse debate e ao enriquecimento desse espaço de diálogo, nem sempre pacífico ou fácil. É nesse espírito que o divulgamos.

Estas linhas procurarão traçar uma breve narrativa do movimento. Paradoxalmente, começam por limitá-lo impondo-lhe um nome tão carregado - "movimento" - com ressonâncias que vão dos utentes da Via do Infante aos activistas católicos pró-vida. É por isso que decidimos percorrer o terreno minado do imaginário activista e militante, resgatando o significado que mais nos interessa: algo que se move em permanência e carrega em si a hipótese de um devir colectivo emancipatório. Começamos, obviamente, por dizer o que o movimento não é. O movimento não é a estratégia inter e meta eleitoral de um partido político, ou seja, não é a tentativa de criação de discursos de contestação que posteriormente se traduzam num redimensionamento das forças no parlamento e noutros locais de representação. Não é, também, o compêndio das actividades políticas, sociais e/ou criativas que procuram complementar as insuficiências do poder político ou com ele criar um híbrido, numa

estratégia de revigoramento da "democracia", da sociedade civil ou das elites desenvolvimentistas. Não é, ainda, o conjunto das organizações, instituições ou individualidades alegadamente radicais, cada uma isolada no seu nicho de mercado e na sua auto-referencialidade autista, habitando confortavelmente mundos criados apenas para consumo próprio. Não é a defesa de uma normalidade ameaçada, não é a participação cidadã, não é o «bichinho da política» e muito menos o parlamento dos pequeninos.

Aquilo a que aqui chamamos movimento não é mais do que o conjunto das relações que transportam em si o desejo de autonomia e as condições para a sua materialização. É uma cumplicidade, às vezes estratégica outras vezes emocional, que adquire a sua corporalidade tanto na rua como nos espaços conquistados ao poder. Transcende as identidades e as filiações, passando mais pelos vectores e fluxos do que pelas formas e estados. De um modo mais simples, o movimento é mais uma série de cumplicidades e partilhas do que a nomeação individual ou organizacional das pessoas que o atravessam.

Para contar uma história é necessário fixar um ponto qualquer na linha do tempo, que sirva de início, de fim, ou de centro de massa. É necessário também definir um planalto, a região por onde passa o tempo e se movem as personagens. Para contar esta história que se assemelha estranhamente à história da luta de classes, à história da humanidade, fixar um ponto torna-se tarefa vertiginosa. Começar onde?

Se excluirmos à partida a Revolução Francesa e a Comuna de Paris, a tomada do palácio de Inverno e o levantamento de Kronstaadt, a Guerra civil espanhola e o Maio de 68, o PREC e o cavaquismo, é o nosso tempo que se apresenta, feroz e irredutível, para que dele nos ocupemos. Não faltam aí pontas soltas por onde pegar, problemas e questões e polémicas e debates e escolhas e divergências que são, afinal, a própria matéria de que se fazem as nossas vidas e que, com pezinhos de lã, vieram finalmente contaminar a Política com maiúsculas, subtraindo-a aos ecrãs televisivos para a precipitar nas ruas e praças das nossas cidades. Certas coisas que eram inimagináveis há alguns anos são agora banais, certas ideias disseminaram-se, certas possibilidades alargaram-se, certas posições extremaram-se e tudo se tornou mais complicado.

Julgámos por isso oportuno escrever este texto, que não é nem mais nem menos radical do que os tempos que correm. Por onde começar então? A 24 de Novembro de 2010 ocorreu em Portugal uma greve geral convocada pela CGTP e pela UGT, envolvendo cerca de 3 milhões de trabalhadores. Quatro dias antes a NATO realizou em Lisboa a sua cimeira mundial. É por aqui que vamos começar.

20 e 24 de Novembro de 2010

Na mesma semana uma cimeira da NATO e uma greve geral. Os senhores do mundo vieram discutir a segurança mundial e a cidade ficou em estado de sítio devido à sua segurança pessoal. Suspensa durante alguns dias a democracia, a grande reunião do complexo industrial-militar deu direito a pessoal impedido de passar a fronteira por usar roupas pretas, gente levada para esquadras por colar cartazes a dizer «Paz sim, NATO não», paranóia generalizada e algumas centenas de manifestantes (todos os que não seguiam integrados nos cortejos dos partidos de esquerda) sequestrados durante uma tarde na Avenida da Liberdade, completamente cercados pelo corpo de intervenção e impedidos de sair até para ir cagar.

Deu também para uma daquelas longas e entusiasmantes trocas de comunicados e acusações entre as organizações satélite do PCP e o resto do mundo, com o tema sempre fresco de quem é que está «objectivamente» interessado em quebrar a unidade e coisas que tal. Um dirigente daquele partido, rodeado por um serviço de ordem intimidatório, foi visto a indicar à polícia os manifestantes que não tinham sido convidados para a grande festa da paz e de tudo isso se concluiu, sobretudo e acima de qualquer outra coisa, que nem todos estavam dispostos a fazer da rua um espaço habitável por posições distintas, unidas pelo desejo de contestar o presente estado de coisas. Um fosso já existente viu-se então alargado e aprofundado até ao ponto da total incomunicabilidade.

Felizmente, a formiga no carreiro ia em sentido contrário e, apenas quatro dias depois, uma manifestação convocada por nebulosas entidades - «os invisíveis», «matéria bruta» e «queers-feministas» - sob o lema

«Manifestação anticapitalista – pelo bloqueio, pela sabotagem», agrupou mais de mil pessoas entre o Largo de Camões e o Rossio, reunindo todos os que quiseram passar esse dia de luta na rua em vez de ficar em casa. No Rossio, a manifestação duplicou espontaneamente e sem qualquer esforço quando as pessoas ali concentradas, em resposta à convocatória de diversas organizações satélite do Bloco de Esquerda, transformaram a sua concentração em parte de uma manifestação para a qual durante anos se disse não haver condições. Promovida, cereja no topo do bolo, por esses perigosos subversivos acerca de quem se repetiu, em todos os jornais, rádios e televisões, não serem flor que se cheirasse. Ao fim da tarde, um comunicado informava que, seguindo o saudável mote «A greve não pára aqui», um edifício devoluto fora ocupado na Rua de S. Lázaro, onde se servia sopa a todos os interessados. A ocupação durou apenas cerca de 24 horas, mas apontava já um caminho cheio de coisas boas. Apesar de nutritiva e saborosa, a sopa ainda estava ligeiramente aguada.

Até esta onda de turbulência ter atravessado as nossas vidas, a esquerda era o horizonte máximo da política para a esmagadora maioria das pessoas que saíam às ruas para protestar. A língua franca falada por grande parte dos movimentos sociais era a dos direitos e reivindicava-se sobretudo o direito a ser melhor governado. O corolário desse estado de coisas era a canalização de todas as lutas, quer no plano discursivo quer no dos modelos organizativos, para o grande objectivo de dar vida a uma «alternativa de esquerda», a uma «modernização democrática» ou a uma outra qualquer variante mais ou menos mole do capitalismo de rosto humano. Os movimentos tinham porta-vozes que os representavam e que apareciam na televisão a explicar às massas de espectadores o que desejavam as massas de manifestantes, de forma credível e articulada, pedagógica até, no sentido de fazer «os portugueses» compreender que estavam a um boletim de voto de distância da felicidade perpétua. Naturalmente que qualquer postura de conflito, desobediência ou desafio tinha o inconveniente de perturbar essa imagem pacificada e superfofinha da rua, e quem a desenvolvia via-se acusado das piores patifarias imagináveis: vândalos, provocadores, violentos ou, o que era a acusação mais grave, «pessoal que tem a mania que isto é a Grécia».

Nada disto desapareceu, mas quebrou-se a hegemonia que sustentava essa aparente inevitabilidade. Novembro de 2010 demonstrou que havia espaço e condições para disputar a rua, não no sentido numérico e aritmético, mas naquele outro, político e jogado em torno de coisas tão simples ou tão complexas como as palavras de ordem, os textos que convocam manifestações ou as faixas que nelas podem ser lidas. O termo «anticapitalista» começou a assumir aí um conteúdo substancial e não meramente panfletário, abrindo espaço para aquele outro que o costuma acompanhar de perto sempre que as coisas se tornam interessantes, «antiautoritário». A horizontalidade na tomada de decisões e a informalidade como princípio organizativo começou desde então a converter-se no modo natural de fazer as coisas e as tarefas de controlo tornaram-se súbita e inesperadamente mais complicadas. Escusado será dizer que se banalizou ainda o saudável hábito de sair às ruas sem avisos prévios ou comunicações às autoridades, sem que alguém daí saísse minimamente beliscado. Afirmou-se na altura, e escreveu-se em letras garrafais para os mais distraídos, «A greve não pára aqui». E o facto é que não parou. A sopa tornou-se cada vez mais espessa e saborosa.

12 de Março de 2011

Um evento no Facebook foi o ponto de partida para o movimento de protesto que juntou cerca de 200 mil pessoas na Avenida da Liberdade e mais de 60 mil no Porto, entre muitas outras cidades portuguesas e capitais mundiais. Dizer que a montanha pariu um rato é dizer pouco na hora de descrever esta manifestação, na medida em que foi paradoxalmente uma gigantesca e poderosa demonstração colectiva de impotência: ela foi importante, não em si própria, mas apesar de si própria. Marcada por um discurso político paupérrimo e por um voluntarismo de programa de televisão matinal, a multidão que encheu Lisboa nada conseguiu e pouco afirmou. É certo que a sua perspectiva chegou para nos entusiasmar e que não foi priva de emoção a visão da Avenida da Liberdade cheia de lado a lado.

Mas, talvez por esse momento ter sido apenas contraposto pela enorme mediocridade de tudo o resto, deixou-nos um sabor tão amargo.

Os organizadores da manifestação, posteriormente, não conseguiram mais do que criar um patético projecto de vanguarda política, o M12M, que tentou por todos os meios dirigir o movimento antes de ser totalmente descredibilizado e desaparecer não se sabe bem para onde. Relativamente ao seu discurso, o problema deu-se logo com a formulação do projecto emancipatório de "fazer de cada cidadão um político". Ou seja, recuperar enquanto sujeito político o "cidadão", como se o contrato social de onde nasceu esta figura não estivesse em ruínas, parte fumegante de um edifício que acaba de arder por completo. Lamentamos, mas de todas as identidades que nos disseram que tínhamos, das de género às nacionais, a primeira a ir para o galheiro será sempre a do cidadão. A ideia de que há um processo político válido e meritório em curso, de balanço de poderes e vontades, no qual estamos inscritos e por isso obrigados por direitos e deveres face à sua continuidade e bom rumo, está rapidamente a deixar de ser só uma piada de mau gosto para se tornar um insulto grave. Promover a cidadania enquanto identidade colectiva emancipatória ou enquanto o conjunto de instrumentos que nos permita agir sobre o social e o político carrega dois problemas. O primeiro consiste na criação de uma fronteira entre os que têm direito a essa cidadania e os que não têm, entre os que tiveram acesso a processos de socialização formal e informal e os que não tiveram. Deste modo, multiplicam-se as categorias dos que nunca terão o direito à cidade: dos ilegais às putas, passando pelos estivadores e pelos putos do gueto que são assassinados pela polícia com tiros a dez centímetros da cabeça. O segundo problema passa pela relação entre os actores desse sucedâneo de conflito: de um lado, os que procuram uma utilização pertinente, consequente e respeitável dos instrumentos de intervenção democrática (os activistas, os peticionários, os militantes) e do outro os que, legitimados pelos primeiros, estabelecem e gerem esses mesmos instrumentos e os usam para encobrir e justificar todo o tipo de crime, abuso e roubo (governantes, e outros decisores políticos e económicos). Estabelece-se assim uma situação em que os primeiros procuram tornar a rua inteligível aos olhos do poder, traduzindo a contestação numa linguagem aceitável pelas instituições.

Do mesmo o modo, o projecto de fazer de cada cidadão um político é diametralmente antagónico de uma realidade em que todas as pessoas se ocupam da política e, como tal, reforça a fragmentação artificial que rege a vida nas sociedades contemporâneas. Significa validar e multiplicar instrumentos de representação, numa intriga palaciana que pela sua própria natureza exclui aqueles que é suposto integrar. Significa reforçar a separação entre o quotidiano e as instâncias que o organizam, exigindo que qualquer possibilidade de acção se veja reduzida a entregar folhas de papel com ideias para mudar Portugal na Assembleia da República, a eleger ou, pior ainda, ser eleito para «representar» as vontades alheias. No dia em que a política se esgotar na cidadania, os nossos desejos não passarão de palavras numa folha de papel.

Rossio

No final de Maio de 2011 e fortemente inspirada pelas ocupações de praças no Estado espanhol, iniciadas a 15 de Maio, começa a ocupação da Praça do Rossio em Lisboa. É o tempo do movimento Democracia Real Ya e do advento dos Indignados em vários países, sobretudo na Europa. Contrariamente às imagens que chegaram de várias cidades de todo o mundo, a ocupação do Rossio não conseguiu criar a cidade autónoma necessária – essa multiplicidade de pontos de encontro, essa ocupação do espaço simultaneamente descentralizada e orgânica, essa presença em tudo contrária à normal organização do território e da vida quotidiana. Noutros lados, as acampadas representaram momentos novos, mas que construíam em cima do que havia: em Barcelona e Madrid, sobre um forte movimento social que no momento da ocupação tinha uma ideia bastante clara do que havia a fazer de um ponto de vista prático (levantar infraestruturas, multiplicar os espaços, criar auto-suficiência); nos Estados Unidos, onde a inexistência de uma "grande" Esquerda institucional deu lugar a outras formas de sociabilidade política, numerosas mas invisíveis, organizadas enquanto "sociedade civil" ou enquanto colectivos informais. Em Portugal, onde a Esquerda ainda se

define principalmente pelo que diz, pelos discursos que elabora, por uma disputa de público, tornou-se lógico que a ocupação do espaço assumisse a mesma forma teatral: entre a disputa do palco e a assistência, mais ou menos entusiasmada, aos discursos. O principal problema no Rossio foi concentrar as energias na manutenção de uma assembleia popular quando o menos interessante do que lá se passava era precisamente esse momento, oscilante entre o voluntarismo naïve hiperactivista e os discursos inflamados ensaiados em frente ao espelho.

Um dos outros problemas surgidos na acampada foi a tentativa de imposição de um sentido de urgência por parte de alguns dos presentes. A urgência adequa-se ao ritmo da política institucional e favorece o controlo vanguardista ou partidário, mas é avessa ao processo de maturação que se impunha em virtude das diversas sensibilidades ali presentes. A urgência molda-se bem aos campos de uma agenda, mas não ao presente e ao futuro que ali se construía. Quando não é ditada pelos termos do conflito, a urgência torna-se apenas um instrumento útil para anular tudo o que de mais libertador e contagiante uma experiência de construção e vivência comum pode significar.

E, no entanto, apesar de tudo isto, as expectativas foram largamente ultrapassadas. Quem no primeiro dia lá passou, já de madrugada, à espera de encontrar um par de tendas e, em vez disso, deparou com dezenas de pessoas a discutir, entendeu que algo estava a mudar. Talvez o mais interessante, o que acabou por salvar o Rossio de si próprio, tenha sido precisamente que todo o mundinho activista-político-revolucionário foi apanhado de surpresa. Dos movimentos sociais feitos de funcionários de partidos às informalidades antiautoritárias, ninguém compreendeu muito bem o que se estava a passar. Os primeiros foram incapazes de controlar o discurso, apesar das inúmeras tentativas; os segundos evidenciaram apenas a perplexidade e a estranheza de ver posto em causa, sem ai nem ui, o seu resguardado papel enquanto paladinos estéticos da santíssima pureza revolucionária.

O aumento do descontentamento e o crescimento de uma multidão proto-antagonista que confluiu nas manifestações e na acampada serviram para tornar o mapa mais legível, iluminando afinidades e

divergências. De um momento para o outro, uma festa que durante muitos anos se fazia quase por convite depara com uma enorme fila à porta, cheia de pessoas ansiosas por se juntar ao baile ou apenas por espreitar movidas pela curiosidade. É precisamente daí que devemos partir. Nos momentos de crise dos regimes, o senso comum, conjunto das verdades que normalizam a vida em sociedade, tende a sofrer alterações muito rápidas. É preciso desejar a surpresa de recém-chegadas sensibilidades radicais para que a revolta não nos apanhe ciumentos, rancorosos e ultrapassados. A antiguidade e persistência de um percurso dissidente é um campo de forças e não uma cátedra moral. E sabemos também que depois de uma semana de barricadas estamos todos nivelados pelas mesmas qualidades. Assim vai o tempo: dilata e comprime em função da velocidade.

Não sendo nós nem a favor nem contra o consenso, rejeitando tanto uma identidade "cívica" como o discurso esquerdista inflamado saído do Parque Mayer, sentindo facilmente um arrepio na espinha ao ouvir os primeiros acordes da canção da praça do Rossio e relembrando o aviso dos Dead Kennedys sobre o fascismo hippie do politicamente correcto (a propósito da preocupação relativa ao «mau aspecto» da acampada), importa sublinhar que poucos momentos políticos vividos em Lisboa nos anos anteriores terão sido tão interessantes e marcantes. Dito de outro modo, não nos agrada necessariamente o discurso produzido nas assembleias mas agrada-nos imensamente que elas tivessem acontecido e, ainda mais, toda a infra-estrutura que as complementou e tornou possíveis. Chegar ao Rossio às duas da manhã e ver centenas de pessoas a discutir as suas vidas sem reservas e, na medida do possível, alheias às suas trincheiras ideológico-partidárias foi algo extremamente entusiasmante e que uns meses antes todos julgariam impossível.

15 de Outubro de 2011

Uma convocatória global aponta para 15 de Outubro a realização de protestos em todo o mundo, com o objectivo de reforçar e generalizar as experiências da primavera árabe, dos indignados espanhóis, do

movimento grego, da revolução islandesa, do occupy americano, do 12 de Março português. A data é escolhida para coincidir com o aniversário de 5 meses do primeiro protesto em Espanha. Em Lisboa, dá azo à primeira grande manifestação construída em cima das cumplicidades vividas no Rossio, organizada pela Plataforma 15 de Outubro (15O), a qual reúne diversos grupos e colectivos. Chegado o dia, dezenas de milhar de pessoas marcham do Marquês de Pombal até São Bento, um número que não se voltou a repetir até ao 15 de Setembro de 2012. Chegados ao fim do percurso da manifestação e perante uma escadaria controlada pela polícia, o cenário altera-se, desfazendo-se a dianteira e a retaguarda que usualmente dão forma a uma marcha para dar lugar a uma enorme caldeirão, com todos os ingredientes espalhados aleatoriamente.

Enquanto várias pessoas começam a atirar ovos, alguém sobe à carrinha de som e com o micro na mão grita em loop "invasão, invasão", resistindo aos "donos da manifestação". Cortam-lhe a voz e em seguida aumentam o volume da música, censurando a sua intervenção. Pouco depois, com a praça a rebentar pelas costuras, um grupo de polícias fardados entra na manifestação para roubar os ovos e enfrenta uma solidariedade que passará a estar presente em todos os momentos de rua. Na confusão decorrente, as escadarias são de facto ocupadas, enquanto alguns agentes à paisana tentam puxar pelos pés um manifestante em precário equilíbrio numa das estátuas dos leões. Durante tudo isto, enquanto largas centenas sobem as escadas, os «organizadores» ordenam pelo microfone: "Senta! Senta!". A grande maioria das pessoas ignora a ordem, desobedecendo claramente tanto à autoridade policial como a uma pseudodirecção do movimento. Perante o desprezo e hostilidade a que são votados, permanecendo no final da escadaria atrás de umas baias já sem função, a famosa direcção do movimento, com cara de quem deixou cair o bollycao no chão porque o mitra lhe deu um encontrão, decide aplaudir e celebrar a invasão para que a má figura termine por ali. Os ânimos acalmam e começa uma assembleia popular. À noite, uma carga policial expulsa os últimos ocupantes das escadarias, detendo algumas pessoas. Nos dias seguintes, a Plataforma criada para o evento quase desaba devido às discussões internas relativas aos acontecimentos desse dia.

Se para alguma coisa serve este relato é para dar conta de quanto mudou. Falamos de um tempo que deixou de existir, quando nada se conseguia fazer sem ter de discutir com um batalhão de assessores parlamentares, funcionários partidários e sindicalistas profissionais. Desde então que procuram a todo o custo recuperar o terreno perdido. Não é difícil reconhecê-los: estão-nos sempre a relembrar que são eles que mandam, façam-no de um microfone numa carrinha de som ou a partir da zona de conforto proporcionada por um serviço de ordem.

24 de Novembro de 2011

Precisamente um ano depois a CGTP convoca nova greve geral, prevendo, pela primeira vez, a organização de uma manifestação. Os breves contactos da 15O com a central sindical revelam-se infrutíferos, levando a plataforma a convocar uma segunda manifestação, com percurso igual e horário diferente. A manifestação sai do Rossio e rapidamente se divide em duas: a parte dianteira, mais «respeitável», apressa o passo para se tentar juntar à CGTP, enquanto a parte de trás se demora em várias acções, entre as quais a invasão dos armazéns do Chiado e a colocação de uma faixa na varanda. Chegados a São Bento, a CGTP faz de imediato as malas e abandona o local, apercebendo-se de que os manifestantes convocados pela 15O são mais numerosos. Uma nova tentativa de invasão das escadarias termina em violentas cargas policiais e detenções arbitrárias, realizadas por agentes à paisana. Por esta altura, derrubar as barreiras que defendiam a escadaria já se tinha convertido num gesto banal e quase ritual.

O saldo revela-se um escândalo de relações públicas para a PSP, com imagens do espancamento brutal de um manifestante largamente difundidas nas redes sociais e na imprensa e a identificação de dois bófias infiltrados a abanar as grades da Assembleia da República, num acto de provocação: O embate com a repressão policial gerou dois tipos de reacções: 1) a tentativa desesperada de convencer os agentes de que, eles próprios, são trabalhadores; 2) uma paranóia descontrolada que procurou ver em cada manifestante fora do quadro estético habitual um possível

fascista ou paisano. Noutras palavras, a procura ou do polícia bom ou do polícia mau ou, ainda, a adopção duma função policial por alguns manifestantes, sem que daí emergisse qualquer contribuição relevante para uma análise do papel das forças de segurança. Foram precisamente os sectores que saíram desautorizados da manifestação de 15 de Outubro que se destacaram, de forma estratégica e procurando recuperar o terreno perdido, neste processo que visava fazer de cada gesto de desobediência uma possível provocação policial.

21 de Janeiro de 2012

O vigor contestatário acumulado no Rossio e que encontrou nos dias de Outubro o seu ponto mais alto entra num período de refluxo. Uma convocatória da plataforma 15O - a «Marcha da indignação» - não chega a reunir dois mil manifestantes. Apesar disso, a chegada ostensiva e organizada da extrema-direita à cauda da manifestação provoca uma resposta colectiva e espontânea. A manifestação decide tornar-se violenta para se defender a si própria e ataca com os recursos que tem: primeiro o cancioneiro de abril e depois braços e pernas, garrafas e pedras. No espaço de poucos minutos a escumalha fascista é cercada e expulsa, após um nazi acender uma tocha na cara de um manifestante. São-lhes arrancadas faixas e queimadas bandeiras. A polícia, quando chega, limita-se a estabelecer um cordão de separação entre as duas manifestações. Vê-se actuar ali, de forma eficaz e sem comichões, uma real unidade de esquerda feita na base por mulheres, velhos, jovens, pretos e brancos, unidos no desejo de não deixar nenhuma rua aos fascistas. Ocorre uma definitiva separação das águas, que exclui a presença da extrema-direita das manifestações.

22 de Março de 2012

Apenas alguns meses depois, uma nova greve geral seria convocada. O ambiente antecedente acaba por ser bastante mais tenso que o anterior,

em parte pela agudização da situação social e política, mas igualmente pelo receio de novos confrontos entre polícia e manifestantes. A Plataforma 15O convoca nova manifestação, seguindo o anterior trajecto, e a CGTP apela discretamente a uma marcha, a ocorrer horas antes. Em paralelo, é convocada uma outra manifestação, não assinada, para as 13h na Praça do Saldanha, Lisboa, prometendo "ocupar as ruas" e "bloquear tudo". A adesão não seria gigantesca, mas junta cerca de 200 pessoas, várias de bicicleta, a descer do Saldanha até ao Rossio pela Av. Almirante Reis. Por duas vezes a PSP tenta deter manifestantes no interior da manifestação, procurando impedir o lançamento de ovos contra agências bancárias, e por duas vezes é impedida: o corpo da manifestação está bastante coeso e não hesita em resistir às acções de detenção. Chegada ao Rossio, a manifestação junta-se à da Plataforma 15O. Surge então a notícia de que, na noite anterior, um telefonema circulou entre os grupos satélite do BE, ordenando que estes se afastassem da iniciativa organizada pela Plataforma 15O, da qual faziam parte, e se juntassem à marcha da CGTP. Para cúmulo, chega também a notícia de que nesta manobra um membro dos Precários Inflexíveis havia sido agredido pelo serviço de ordem da CGTP, quando o seu grupo foi confundido com "os anarcas".

No Chiado, os mesmos agentes da PSP que haviam acompanhado a manifestação desde o Saldanha, e que haviam já ameaçado alguns manifestantes, conseguem deter um estivador que vinha rebentando petardos ao longo do percurso. Perante a revolta dos manifestantes, que rapidamente cercam o grupo de polícias encarregue da detenção e o deixa isolado, produziu-se uma primeira carga, que provocou vários feridos e à qual alguns responderam com o arremesso de cadeiras e chávenas da Pastelaria Bénard. A chegada da Polícia de Intervenção, com vista a equilibrar a diferença de números, fez com que os primeiros agentes se sentissem à vontade para arrasar tudo o que se atravessava no seu caminho, dando origem às imagens, largamente difundidas, em que se destacaram as agressões a dois jornalistas e a uma mulher de meia-idade. Tentando atrasar o avanço da polícia, os guarda-sóis e mesas do Café Brasileira foram atirados ao chão, permitindo assim uma distância de segurança, mantida até ao final da marcha. Chegada à Assembleia, a manifestação

dispersou rapidamente, sem que quaisquer confrontos tenham ocorrido. É esta a data que marca a generalização de processos-crime contra manifestantes, mediante identificação com recurso a fotografia e vídeo, que viria a reforçar-se em momentos futuros. É também nestes primeiros autos de notícia que se verifica a utilização de uma base de dados para identificação de manifestantes (com pelo menos fotografia, nome e contactos), aparentemente criada dentro da PSP, em ampla violação das leis e Constituição da III República, seguindo métodos próprios de uma polícia política.

Ocupação de S. Lázaro

No dia 25 de Abril de 2012, cerca de duas mil pessoas marcharam no Porto até ao bairro da Fontinha e reocuparam um espaço que tinha sido despejado uns dias antes, após um ano de vida. Confrontada com a ameaça de tolerância zero proferida pelo Comando da PSP, a manifestação traduziu a amplitude social do apoio ao projecto e a disponibilidade para desafiar estratégias intimidatórias que prenunciam um «Estado de excepção». Para quem se habituou a que o momento mais combativo, passe o fácil sarcasmo, de cada protesto fosse o momento em que os manifestantes fazem a sua coreografia de andar para trás e depois correr para a frente, essa manifestação, essas duas mil pessoas e essa reocupação acabaram por soar ao momento em que a banda sonora surge e se impõe às imagens no ecrã, sugerindo que a história adquiriu uma nova intensidade.

Mil páginas poderiam ser escritas sobre esta experiência de ocupação que ecoa ainda hoje por todo o lado. Há porém um par de aspectos que seria importante destacar. Desde logo, o percurso da ES.COL.A (Espaço Colectivo Autogestionado) resultou de uma forte relação com o território envolvente e com as formas de vida aí existentes. Não foi a ocupação que emancipou o bairro, mas o bairro que intensificou a ocupação, num projecto feito a partir da base, constituído aos poucos: adquirindo recursos, conhecimentos, experiência e capacidade de trabalhar em colectivo. Repare-se, por exemplo, na proliferação e

qualidade dos cartazes produzidos, que denunciam a presença de "meios de produção" e "força de trabalho" habitualmente dispersas noutras lides mais artísticas. A ES.COL.A não se fechou sobre si própria nem sequer sobre o bairro, conseguindo atravessar a cidade e ser atravessada por ela. Os dois mil manifestantes não podem senão ser o resultado disso.

Não será demasiado ao lado afirmar que a confluência de múltiplas subjectividades e pontos de vista na assembleia da ES.COL.A (anarquistas e militantes de esquerda, vegetarianos e gunas, artistas e punks, etc.) impediu a cristalização identitária da ocupação e as tentativas de controlo e manipulação por qualquer uma das suas componentes. O resultado pareceu bom: autonomia. Entre outras coisas, a ES.COL.A. demonstrou que é possível conceber a ocupação de espaços, não como a busca de um refúgio ou de um local de abrigo mas como a base material indispensável para uma ofensiva contra o urbanismo moderno e a organização capitalista da cidade.

Enquanto no Porto uma multidão reocupava a antiga escola da Fontinha, em Lisboa, após o cortejo tradicional de comemoração da revolução dos cravos, cerca de meia centena de pessoas entrou num prédio devoluto de quatro andares na Rua de São Lázaro que já tinha sido ocupado e despejado em 2010. Em solidariedade com o que acontecia na ES.COL.A., ocupou-se com a ambição de confecionar agora mais do que uma panela de sopa. A ocupação de São Lázaro foi também um meio de opor à paz podre do comemorativismo institucional um protesto tão combativo como a memória que evoca. Juntando várias sensibilidades que se tinham vindo a encontrar ao longo dos últimos meses, nas ruas e nos vários locais por onde o movimento ia passando, esta ocupação respirava o fôlego lançado no Porto.

O que começou por ser um acto efémero de solidariedade e protesto transformou-se em algo maior quando a polícia decidiu, porventura mais por inépcia do que por zelo, cumprir a lei, respeitando o procedimento do despejo e o prazo para a desocupação aí previsto. Recorde-se que poucos dias antes, e duas semanas depois do despejo do ES.COL.A., Helena Roseta aprovara de forma ilegal uma alteração a um regulamento municipal, reduzindo de noventa para dez dias o prazo para o despejo de edifícios ocupados, revelando toda a sua hipocrisia após ter apoiado publicamente o ES.COL.A.

Nos dias seguintes e durante pouco mais de um mês, foram várias as actividades levadas a cabo por um conjunto de pessoas que a cada dia se ia alargando, deixando à porta os tiques identitários e de clique. Houve obras e melhorias no edifício (abandonado pela CML aos pombos e aos elementos desde o fim da primeira ocupação de 2010), refeições para todos, debates, concertos, performances, oficinas e, acima de tudo, a partilha de experiências e sensibilidades que alimentavam o desejo de uma outra vida. Ao contrário do que costuma acontecer na cena antagonista, as assembleias em São Lázaro eram abertas a todos os que quisessem participar. Se, por um lado, esta abertura teve implicações na celeridade e eventualmente na consistência do processo decisório, por outro, o facto de pessoas com patrimónios e sensibilidades muito diferentes se juntarem tornou a discussão mais rica e o discurso menos codificado para fora. Para além disto, e também contra o que era comum acontecer neste tipo de ocupações, optou-se por manter uma linha aberta e constante de comunicação com o exterior, produzindo-se um discurso que, partindo do caso particular de São Lázaro, apontava à crítica das políticas urbanas em Lisboa e aos interesses especulativos que as determinam. Confrontando as mentiras da CML e o discurso cretino que surgia nas notícias e reportagens sobre a ocupação, esta estratégia levou a que muitos que não participavam directamente em São Lázaro se tenham identificado e envolvido no que ali estava a acontecer.

Tudo isto se revelaria precioso a 31 de Maio, quando, após um despejo violento marcado por detenções e agressões policiais pela manhã, várias pessoas invadiram o gabinete da Vereadora da Habitação da CML, Helena Roseta, e uma manifestação juntou perto de 300 pessoas ao fim da tarde. O trânsito é cortado na Almirante Reis e, já na Igreja dos Anjos, o corpo de intervenção da PSP cerca durante mais de duas horas os manifestantes, identificando a maioria e dando azo a um processo judicial com cerca de uma centena de arguidos. Sem qualquer intuito que não o de intimidação do protesto concluía-se com uma sinistra espectacularidade um processo repleto de abusos.

A ocupação de São Lázaro constituiu mais uma valiosa etapa de aprendizagem e de acumulação de experiência para o movimento. Tornou-

se claro que a construção de outras dinâmicas e formas de sociabilidade é potenciada pela apropriação de espaços e territórios no seio da metrópole. Deu-se ainda a perda de uma certa ingenuidade quanto à repressão policial, tornando-se evidente que o poder responde à bruta quando se vê ameaçado: suspendendo direitos e garantias do Estado de Direito, impondo a lei do bastão e mobilizando as instâncias judiciais em função dos seus propósitos repressivos e autoritários.

15 de Setembro de 2012

A 15 de Setembro, largas centenas de milhares de pessoas encheram as avenidas novas em Lisboa, na maior manifestação desde o PREC. Fala-se de um milhão na rua em toda a região portuguesa. A convocatória é lançada pelo facebook durante o Verão com o slogan «Que se lixe a troika!», num período de calmaria absoluta, e transforma-se num enorme protesto após o governo anunciar a duplicação da TSU para os trabalhadores e a sua redução para os patrões. O colectivo organizador surge enquanto herdeiro do modelo inaugurado pelas mobilizações do 15 de Outubro, abandonando no entanto a pretensão de incluir tudo e todos, decisão que lhe permite alguma eficiência mas que também suscita bastante polémica. Doravante, a participação neste centro de decisão passará a depender de um convite/cooptação.

Durante o percurso lançam-se garrafas e tomates contra a delegação do FMI, onde ocorrem algumas detenções. Na Praça de Espanha, os organizadores instalaram um palco para os discursos de encerramento do protesto. Ao mesmo tempo, passa a palavra e uma multidão pouco convencida enche a Av. António Augusto de Aguiar a caminho da Assembleia da República. Uma pirâmide humana permite grafitar num outdoor gigante situado no meio da praça «TODOS A SÃO BENTO!», oficializando a deriva e esvaziando a praça. E, aparentemente, entre esse momento e a madrugada do dia seguinte nada aconteceu, ou, segundo a imprensa e os comentadores profissionais, nada aconteceu para lá de umas ligeiras escaramuças entre a polícia e pequenos grupos de radicais

perigosos, nas palavras do comentador da SIC, "os idiotas do costume". O que ali aconteceu desafiou claramente a capacidade de compreensão e entendimento de todos estes profissionais da banalidade.

Lisboa centro viveu durante várias horas os confrontos mais acesos em muitos anos. Dezenas de pessoas procuravam furar a barreira policial que protegia o parlamento, outras tantas apedrejavam a polícia numa linha de fogo impressionante que a obrigava a cerrar fileiras com os escudos, enquanto milhares enchiam a praça, apoiavam e aplaudiam quando algum polícia era atingido por um petardo ou uma garrafa.

Durante várias horas. Nada portanto. "Os idiotas do costume". Como esquecer esses putos-ícones de chinelo, calção de praia, t-shirt a tapar a cara, tronco nu e paralelo na mão? O ambiente vivido nessa noite deve mais a qualquer seis da manhã no miradouro de Santa Luzia em dia de santos do que à ginjinha às seis tarde depois da manifestação do 25 de Abril. A multidão era composta, fundamentalmente, não por diversas facções da esquerda, mas por jovens: jovens de camisa à risca e sapatos de vela, jovens dos bairros chungas das periferias, jovens dos bairros populares do centro da cidade, jovens que fumam ganzas na praceta algures entre Alvalade e Telheiras, jovens que segredavam que a mãe não sabia que por lá andavam, jovens que fazem parte de claques de futebol, jovens que gostam mais de ir ao Lux que às tascas, jovens que viram o Matrix e querem fazer história. Esqueçam-se as imagens de um black bloc na Praça Syntagma a lançar cocktails molotov, imagine-se antes uma noite de fim-de-semana no Bairro Alto em que se decide lutar contra a polícia. Estes incontrolados arrumaram em três tempos com a possibilidade de intromissão pacifista, flagrantemente paternalista, reafirmando uma expressão violenta da revolta que veio alterar a correlação de forças.

Aparentemente a polícia portou-se bem, comentou-se. A polícia não carregou porque não recebeu ordem, ou antes, porque recebeu ordem para não carregar senão em último recurso. A polícia não carregou porque não podia, porque o governo teria imensas dificuldades em lidar com as imagens de violência que se seguiriam e porque o governo teria imensas dificuldades em controlar a situação que se seguiria a essa carga. Arriscaria transformar uma gigantesca

manifestação num gigantesco motim, em que nada garantia que pudesse ser controlado sem recurso à força extrema. O único factor que impediu que os confrontos se tornassem maiores foi um empate de forças naquelas escadas. A polícia não tinha margem para carregar e os manifestantes não tinham força para quebrar a linha policial. Foi este impasse que manteve a tensão a ferver sem nunca chegar a explodir.

O governo parece prestes a cair após o 15 de Setembro e a proposta de alteração da TSU (Taxa Social Única) é abandonada nos dias seguintes. A rua percebe a sua força e torna-se imprevisível. Todas as semanas há manifestações, multiplicam-se os protagonistas no movimento social e multiplicam-se os acontecimentos.

O Outono quente de 2012

A 21 de Setembro, durante a reunião do Conselho de Estado em Belém, decorre pela noite dentro uma concentração com cerca de 10 mil manifestantes, convocada pelos organizadores do 15 de Setembro («Que se Lixe a Troika!» - QSLT) num cenário em que coexistem vaias, cantigas, petardos, detenções efectuadas por agentes à paisana, apelos ao pacifismo, insultos a dirigentes partidários que intervinham em directo na televisão e muita polícia. Dias mais tarde, a 29 de Setembro, a CGTP reúne centenas de milhares de pessoas no Terreiro do Paço, parte das quais se dirigiu à Assembleia da República ao fim da tarde. Uma semana depois, no 5 de Outubro, dão-se vários incidentes nas cerimónias oficiais da implantação da República e uma manifestação convocada anonimamente pela internet, sob o lema "Invasão ao Parlamento", reúne 500 pessoas. Volta a haver confrontos e lançamento de petardos, sendo detidas cinco pessoas após o derrube das grades que impedem o acesso às escadarias. No dia seguinte, um artigo do jornal «Expresso» não deixava escapar o aspecto mais visível do novo ambiente social e político nas ruas, afirmando que os "manifestantes são predominantemente jovens e alguns apresentam-se mascarados".
Os momentos de contestação deste fim de Verão foram frequentemente assinalados por situações de tensão entre manifestantes e polícia, com

cada vez mais gente a assumir uma postura de desafio e confronto com a autoridade, quer pela ocupação da rua sem comunicação prévia, quer pela forma de lidar com a presença policial. A hierarquia da PSP multiplicava-se então em declarações intimidatórias, para além de recorrer à infiltração de agentes à paisana que oscilavam entre o ocasional papel de provocador e a função sistemática de fotografar e deter manifestantes. Tornou-se cada vez mais frequente a presença de câmaras de filmar no topo das escadarias da Assembleia da República, manejadas por elementos da polícia, apesar das constantes denúncias da ilegalidade da acção feitas pela Comissão Nacional de Protecção de Dados. A violação da legalidade pelas forças da ordem foi um dos aspectos mais salientes do processo de radicalização do conflito: sob a fachada idílica do Estado de Direito insinuava-se crescentemente a materialidade das relações de forças e a dimensão estratégica que estrutura a actuação do aparelho repressivo. Pela primeira vez em muitos anos, sentiu-se o temor nas cúpulas face à possibilidade de uma perda de controlo da situação, ilustrando a antiquíssima máxima que descreve a política enquanto a continuação da guerra por outros meios.

É sintomático que essa «tensão» nas ruas tenha subido de tom no momento em que a composição social das manifestações começou a ganhar novas formas. Os activistas e militantes do costume começaram a encontrar-se com estivadores, membros de claques, pessoal dos subúrbios e dos guetos, desempregados fodidos. Os estivadores, com a sua coesão e presença ruidosa, trouxeram para as ruas a luta contra a reestruturação do sector portuário, um conflito que se tornou símbolo da luta entre trabalho e capital. A presença de pessoal das claques, familiarizado com os métodos do controlo e da repressão policial, bem como com as estratégias colectivas para lhe fazer frente, foi um dos sinais de que a contestação à austeridade ganhava amplitude. O mesmo aconteceu com o pessoal dos subúrbios e dos guetos, habituado a lidar diariamente com uma feroz repressão policial contra a qual foi desenvolvendo mecanismos de defesa e protecção que soube trazer para os protestos. Datam destas semanas os artigos de imprensa cada vez mais alarmantes acerca da presença de «elementos vindos do estrangeiro» e «grupos radicais violentos» que cooperam com estas diversas realidades, num esforço inglório para isolar as componentes mais combativas do resto do movimento.

Já no dia 13 de Outubro (Sábado), na Praça de Espanha, o QSLT organiza um grande evento cultural contra a austeridade, com um enorme palco para concertos de vários artistas famosos, ao qual acorrem largos milhares de pessoas. Solicitada a divulgação pelo microfone do «Cerco ao Parlamento» agendado para 15 de Outubro (2ª Feira) - data da entrega do Orçamento de Estado para 2013 -, os organizadores respondem com silêncio e discursos redondos. Durante o concerto do grupo A Naifa, porém, a sua vocalista acaba uma canção gritando "Todos ao Parlamento, 2ª Feira a partir das 18h!", no que é seguida por diversas pessoas.

É neste clima e contexto que decorre, convocado por diversos grupos, um primeiro "Cerco ao Parlamento", revelando a facilidade em reunir milhares de pessoas a partir de uma convocatória efectuada pela internet e rapidamente ampliada pela comunicação social. Relativamente tranquila no início, a concentração vai-se tornando mais turbulenta à medida que a noite cai e afluem cada vez mais pessoas. Abruptamente, as vedações são derrubadas e, apesar da presença de um forte contingente policial, começam em diferentes pontos sucessivas tentativas de aproximação ao edifício da Assembleia da República. Uma multidão heterogénea e avessa a qualquer liderança ou direcção revela-se capaz de comunicar entre si e de se mostrar solidária ao longo do tempo que permanece em São Bento. O seu constante movimento, não programado mas espontâneo, revela-se bastante eficaz, retirando a iniciativa à polícia. São de recordar, sem que tenha havido qualquer articulação ou preparação prévia, as investidas em simultâneo e com abordagens distintas (dos petardos aos abracinhos, passando pelas pessoas que se despiam, as que lançavam bolas saltitonas ou garrafas, as que tocavam instrumentos ou se limitavam a incentivar), a identificação e expulsão de dois polícias à paisana, cercados e forçados a refugiar-se atrás da barreira policial, as chamas do fogo vivo na base da escadaria, alimentada por papéis, estruturas de cartão e lixo. Passadas algumas horas neste jogo, uma parte dos manifestantes começa a subir a Calçada da Estrela, ladeando o edifício da AR em direcção à residência oficial do Primeiro-Ministro. Após terem sido lançadas pedras e garrafas a partir de um arremedo de barricadas improvisadas com caixotes do lixo, o Corpo de Intervenção carregou com cães, procedendo à detenção de algumas pessoas e esbanjando bastonadas

sobre manifestantes que não ofereciam qualquer resistência e se limitavam a assistir aos acontecimentos. Parecia definitivamente esconjurada a imagem de país pacificado e obediente às imposições da troika, que havia levado o Ministro das Finanças a referir-se aos «portugueses» como "o melhor povo do mundo". Simultaneamente, uma rua dotada desta imprevisibilidade e percorrida por uma multidão tão díspar revelava-se irredutível à apropriação por qualquer estado-maior partidário e irrecuperável pelos comentadores televisivos encarregues de interpretar o seu significado. A força do movimento residia então na sua capacidade de transformar a raiva que o percorria em algo de intraduzível e irrepresentável no espaço público da democracia liberal. Datam daí os avisos ao governo, vindos de quadrantes e sectores da sua própria área, quanto à necessidade de repensar os efeitos da austeridade do ponto de vista político e social. O empobrecimento e o desemprego deixavam de ser equacionados enquanto flagelos sociais dignos de compaixão para passarem a ser considerados potenciais focos de ameaça à ordem estabelecida, encarados com crescente apreensão.

O cerco repetir-se-ia a 31 de Outubro, data da aprovação do Orçamento de Estado, com um salto adicional em termos de complexidade e radicalização, como noticiava então o Indymedia Portugal:

> A CGTP apela a uma concentração contra o saque que considera ser o orçamento de Estado 2013, os subscritores do Que se Lixe a Troika fazem o mesmo e outros apelos surgem nas redes sociais, numa altura em que Assembleia do Cerco a S. Bento decidiu apoiar as mobilizações em curso e convocou já uma nova Assembleia, para dia 1 de Novembro, às 16h00, aberta a toda a gente que queira continuar a luta depois do cerco. Trata-se, sem dúvida, duma confluência sem precedentes para uma grande jornada de protesto, em frente à Assembleia da República, no próximo dia 31 de Outubro, dia da votação na generalidade do Orçamento de Estado.

Em S. Bento convergem, na esteira da CGTP, as diversas organizações-satélite do PCP, mas também um forte contingente de estivadores vindo

de uma concentração em frente ao Ministério da Economia. Antes do fim da tarde, o secretário-geral da Intersindical, Arménio Carlos, exasperado por ver o seu discurso interrompido pelo lançamento de petardos e pelas palavras de ordem dos trabalhadores portuários, usa o microfone para reconduzir o protesto à normalidade: "Ó camaradas, vocês desculpem, mas o comício é aqui. Lá em cima [dentro da AR] não está ninguém, mas está lá a polícia, deixem lá a polícia, a polícia não faz mal à gente pá. A gente não tem medo da polícia pá. A concentração é aqui pá, não é nas escadas. Deixem-se disso". Responde-lhe o rebentamento de um petardo. Grita-se "CGTP unidade sindical!", antes de o material sonoro ser retirado e dado por concluído o protesto, quando começam a afluir a S. Bento milhares de pessoas que se empenharão mais uma vez em cercar as saídas da Assembleia da República, impedindo vários deputados de sair e obrigando a PSP a reforçar o seu dispositivo policial. O jornal «Público» (num artigo sintomaticamente intitulado *«Deputados saem sob insultos do Parlamento com ajuda da polícia»*) resumiria assim os acontecimentos do dia:

> Com o cair da noite, os manifestantes derrubaram as vedações que se encontravam a proteger a escadaria do Parlamento, onde o corpo de intervenção da PSP formou dois cordões de protecção ao edifício cerca das 18h30. Há objectos a serem arremessados para a escadaria e é frequente o rebentamento de petardos. Os cães da Polícia foram levados para a linha da frente. Já depois das 19h, os manifestantes atearam uma fogueira em frente à AR. Fizeram-na no mesmo sítio em que, a 15 de Outubro, se fez outra. Nessa altura, o protesto acabou numa carga policial. Agora, eram mais os petardos que se ouviam rebentar e mais as pessoas de cara tapada.

Todas estas situações de colaboração e apoio mútuo produziram a imagem de uma multidão forte, solidária e impossível de controlar. Importa mencionar o elevado número de caras tapadas que se viram entre os manifestantes, circunstância que se viria a repetir em muitos dos protestos futuros. Não se tratando de celebrar um qualquer fetiche por essa

opção, ela veio revelar a tomada de consciência de que um rosto descoberto implica demasiados riscos num contexto de radicalização do conflito social em que se distorce a fronteira entre legalidade e ilegalidade, facilitando a identificação quer pela polícia quer pelo patrão. Ao contrário de outras situações, em que um núcleo de pessoas de cara tapada era facilmente identificável no seio de uma manifestação, podendo ser isolado e cercado por um dispositivo policial numeroso, assistiu-se nestes momentos a um convívio absolutamente natural entre manifestantes com posturas e propósitos diferentes, sem que qualquer uma das partes procurasse impor a sua presença às outras, coexistindo todas, em raiva e em solidariedade, contra o governo e a repressão. No relvado lateral e uma vez derrubadas as barreiras, podiam ser vistos reformados e mulheres de meia-idade ao lado de pessoas de passa montanhas que lançavam petardos e garrafas.

Lutava-se e resistia-se, mas também se comunicava e convivia, partilhava-se e divergia-se, sem outro propósito que não o de estar juntos contra um inimigo comum e sem que este «estar juntos» significasse estar limitados ou condicionados uns pelos outros. Esta dimensão de liberdade e a ausência de liderança transformaram as concentrações e cercos ao parlamento em momentos em tudo distintos das habituais passeatas e protestos ritualizados a que a esquerda nos habituou, que tanto contribuíram para tornar a rua um lugar de passagem, mais do que de encontro, e para converter a revolta num rol de queixumes e impotências várias. Em Outubro, pelo contrário, eram poucas as pessoas que se referiam a si próprias enquanto «vítimas» de uma injustiça praticada por terceiros e muitas mais as que se revelavam dispostas a ir até onde fosse preciso para correr com os responsáveis pela sua situação. Convidadas a escrever a sua própria história, não se deixaram intimidar pelo dispositivo policial e foram, com a sua presença e determinação, um elemento fundamental para fazer tremer a terra sob os pés do governo e da polícia. A ressonância deste terramoto continuaria a fazer-se sentir.

14 de Novembro de 2012

Neste dia milhares de pessoas tomaram as ruas, como parte de uma ampla greve geral com dimensão europeia, marcando um importante desvio na imagem da sociedade portuguesa como receptora passiva das políticas de austeridade. A rua está cada vez menos controlável e mais selvagem: milhões em greve, piquetes combativos, multibancos em chamas, calçadas inteiras que voam sobre a linha policial, montras de bancos quebradas e barricadas de fogo impedem o avanço da polícia. Mas os acontecimentos vividos nesta greve viriam também a confirmar uma importante mudança de estratégia do Estado relativamente às crescentes expressões do conflito social, bem como revelar diferentes aspectos da fragilidade do movimento.

Os primeiros confrontos têm lugar durante a madrugada, quando as forças policiais conseguem quebrar alguns dos piquetes de greve organizados pela CGTP, recorrendo à força e a detenções. Na Musgueira, um elemento do piquete da Carris foi detido. Na Vimeca, também uma empresa de transportes públicos rodoviários, o piquete foi objecto de semelhantes tentativas de represália policial, com agressões a uma sindicalista. Várias carruagens da CP da linha do Sado destacadas para o cumprimento de serviços mínimos viram os seus freios, nas palavras da administração da empresa, sujeitos a «actos de vandalismo». No Porto, um tiro terá sido disparado contra um autocarro em funcionamento. Por volta do meio-dia, a manifestação lançada pelos estivadores, a que se juntaram outros grupos, parte do Cais do Sodré em direcção ao Rossio, onde viria a confluir com uma outra manifestação, convocada pelo QSLT. Durante o percurso, a tentativa de detenção de um manifestante que havia lançado um petardo é rechaçada pela unidade da manifestação. Reunidas no Rossio, as duas manifestações dirigiram-se então para a Assembleia da República deixando marcas em várias agências bancárias. Em S. Bento, a CGTP cumpre o ritual do costume: o secretário-geral discursa às massas a partir de um palanque. Alguns respondem com uma maré de bandeirolas enquanto outros aguardam o fim da missa. À hora prevista, o discurso termina e é encerrada a jornada de luta. Mas a situação é nova e já não basta

a CGTP dizer que a festa acabou para a festa acabar, muitos sindicalistas decidem também ficar e sente-se no ar que algo está para acontecer. Depois de saírem os carros da CGTP, a praça cheia decide retirar as grades que cercam a escadaria e avançar para ela. A polícia de Intervenção forma um cordão e distribui bastonadas e pontapés pela linha da frente da multidão, que acaba por recuar e dedicar-se durante cerca de uma hora ao lançamento contra a polícia de pedras, garrafas e outros objectos.

A carga veio e em directo para as televisões. Poucos manifestantes ouviram o aviso de dispersão perpetrado pelo oficial de serviço. Este teve o cuidado de o fazer em grande plano para os directos, de modo assegurar-se que a opinião pública ficava avisada, independentemente de os manifestantes os ouvirem ou não. É esta situação que explica que algumas pessoas presentes tenham sido avisadas da carga, através de telemóvel, por amigos que estavam a ver os directos. A carga veio e cumpriu a sua função: esvaziar a praça, espezinhar toda a gente pelo caminho, garantir punição pública e mediática a manifestantes ao acaso, como exemplo para todos, e repor a ordem. Mas a ordem não se repôs de imediato, para surpresa geral. A turbamulta enraivecida escapa da praça e espalha-se pelas ruas de saída de São Bento, iniciando um dos maiores motins do pós-25 de Abril. Pelo menos quatro ruas são no imediato barricadas com contentores incendiados, atalhando o avanço da polícia. A estas barricadas seguiu-se uma segunda linha de barricadas, também com fogo, consequência do recuo progressivo dos amotinados, pelo que se criou uma espécie de zona libertada, sem possibilidade de intervenção rápida da polícia. Foi neste festim que os bombeiros chegaram e em amena cavaqueira com os manifestantes se abstiveram de apagar qualquer fogo, enquanto um senhor de meia-idade se dedicava a arrancar papeleiras. Foi ali que se deu a destruição parcial de uma agência da CGD e se arrancou um semáforo. Foi ali que arderam dezenas de ecopontos, contentores e outros equipamentos públicos. O avanço da polícia não parou e, atordoados com os efeitos da sua carga, os agentes começaram a perseguir e deter aleatoriamente pessoas pelas ruas, culminando na detenção espalhafatosa de uma dezena de pessoas que circulava no Cais do Sodré, a quase dois quilómetros de distância do parlamento. Às detenções arbitrárias seguiram-se retenções em locais fora

do mapa legal e procedimentos ilegais, como notaram nos dias posteriores vários juristas, em particular, Guilherme Fonseca, juiz-conselheiro jubilado do TC:

> A actuação policial na repressão da manifestação, ainda que para pôr cobro às marginalidades ou ocorrências que aconteceram, após longo período de desafios dos manifestantes, pode qualificar-se de excessiva e desproporcionada, contrariando os limites constitucionalmente definidos (...) em especial e, pelo menos, relativamente às pessoas presentes no local ou passantes, que nada tiveram a ver com tais marginalidades ou ocorrências. Portanto, um excesso de meios coercivos nas operações materiais da polícia, envolvendo o uso de bastões, que é constitucionalmente reprovado e sem cobertura na Lei de Segurança Interna, e que, no limite, poderia ter justificado o exercício do direito de resistência por parte dos manifestantes, como é reconhecido no art. 21.º da CRP.

Temos portanto uma gigante greve geral, a maior manifestação em dia de greve em Lisboa, que se dirige para o parlamento e ataca a linha de polícia com uma chuva de calçada. Temos uma carga policial violentíssima sobre centenas de manifestantes, seguida de enormes distúrbios pela cidade. Não tenhamos dúvidas de que o medo esteve neste dia do lado do poder político e que este respondeu pondo em acção um leque alargado de meios repressivos e criminalizantes. Destacou-se o elogio feito pelo Ministro Miguel Macedo, na própria noite, ao comportamento ordeiro da CGTP e a posterior perseguição política aos manifestantes nas televisões e nos jornais. O governo parecia ter aberto a caixa de pandora.

Os processos que se estavam a construir nas ruas e no movimento corriam o risco de rapidamente se tornarem demasiado grandes e uma resposta meramente de força seria inicialmente vitoriosa, mas as consequências políticas seriam talvez capitais. Tornava-se necessário

apostar numa intimidação do movimento, que demonstrasse claramente, para além da força militar do Estado, o seu domínio territorial: à incapacidade de controlar certos momentos colectivos responde-se com a repressão e perseguição individual, isolada e afastada dos holofotes, nas instâncias judiciais. Todos os agentes institucionais se apressaram a apoiar a carga ou adoptaram um silêncio cortante, contribuindo para tornar praticamente unânime no discurso público a ideia de que os confrontos tinham sido na verdade obra de meia dúzia de profissionais da desordem, reconduzindo a polémica às questões metodológicas da repressão. O consenso na condenação das pedradas só foi rompido ali e acolá por algumas reflexões mais destemidas, como foi o caso do jornalista Vítor Belanciano, no «Público»:

> "Ontem custou-me ver amigos com a cara ensanguentada, mas se querem saber o que custa mais é hoje ouvir polícias, sindicatos e políticos repetirem, também eles, as mesmas frases de circunstância, sem nenhuma novidade, nenhuma dedução nova, um enorme vazio, entre a desvalorização a roçar o paternalismo e o repúdio sem nenhum pensamento estruturado por trás. (...) Os diversos poderes adoram "profissionais do protesto". Dá-lhes jeito. Mas ontem foi mais do que isso. E da próxima vez será pior."

No rescaldo da greve geral, a opinião pública de esquerda, dos seus comentadores aos seus líderes, não perdeu tempo a alinhar-se com o spin mediático dado pelo poder: era impossível ter sido o "bom povo português" a cometer aquelas selvajarias diante da casa da democracia. Consoante o posicionamento político foram-se encontrando bodes expiatórios, partindo de uma redução dos participantes a vinte ou trinta pessoas, que depois passariam a quinze ou dez. Seriam estrangeiros, radicais importados de Espanha, anarquistas, hooligans, mitras, polícias à paisana, etc. Em tempo de crise, surgiu uma inédita unanimidade nacional na opinião pública: não teríamos sido nós, os portugueses, um povo calmo e pacato, mas sim agentes exteriores, marginais, calculistas. Se os confrontos revelaram a falta de uma

verdadeira e consequente reflexão sobre a ilegalidade de massas, então o momento posterior veio reafirmar a incapacidade de organizar e estruturar um discurso próprio sem recorrer ao mais rasteiro nível da consensualidade mediática. Mais do que defender ou não os confrontos, o movimento revelou-se incapaz de os perceber e de os problematizar, cedendo em toda a linha às instâncias de normalização e anulação do pensamento crítico, devolvendo o protagonismo aos fazedores de opinião e porta-vozes que haviam sido ultrapassados pelos acontecimentos anteriores. Acabou por vingar a versão mais consistente: oito malucos e meio tinham posto em perigo o Estado de Direito, a polícia podia ter facilmente detido essas sete pessoas e por essas cinco pagaram os largos milhares distraídos à sua volta. Tudo isto veio esvaziar o crescendo pré-insurreccional que se desenhava desde o Verão, impondo-se um silêncio assassino enquanto nos jornais se montava uma caça às bruxas e o conflito social se transferia para os corredores da RTP. Nas entrelinhas das notícias surgia o óbvio: estava em curso uma operação de repressão política orquestrada pelo governo, que previa a recolha de informação por parte de uma "secreta" escondida dentro do organigrama da PSP, com o objectivo de elaborar uma base de dados sobre o movimento. O Outono quente dá lugar ao Inverno e a população recolhe ao lar para carpir as mágoas e fazer contas às prendas de natal.

2 de Março de 2013

É neste contexto de refluxo que começam a surgir boatos sobre uma nova mobilização para 2 de Março, organizada pelo colectivo "Que Se Lixe a Troika". Participam agora na plataforma diversos militantes partidários e a orquestração entre a «cúpula» do movimento e os estados-maior de esquerda ocorre pela primeira vez sem grandes entraves. Uma vez definidas as formas do protesto, a assembleia é finalmente alargada ao movimento.

Tem início uma enorme campanha de marketing político: inúmeras pessoas escrevem textos de adesão e multiplica-se o uso dos símbolos e imagem da convocatória, conferindo à mobilização uma dimensão multitudinária. Simultaneamente, depois de um discurso do

Primeiro-Ministro no Parlamento ser interrompido por manifestantes que cantavam "Grândola Vila Morena", as interrupções de eventos públicos de membros do governo sucedem-se por todo o país. O Ministro Miguel Relvas é obrigado a fugir de uma conferência no ISCTE, abandonando o edifício pelas traseiras, cercado por seguranças cercados por estudantes, enquanto Passos Coelho é recebido numa Faculdade de Direito em estado de sítio no meio de um enorme aparato policial. Tal contribuiu para assinalar um certo ar de decadência característico dos fins de ciclo, enquanto a multiplicação de textos de apoio que preanunciavam a repetição do 25 de Abril contribuíam para dar ao evento a gravidade necessária para assumir uma dimensão histórica.

Chegado o dia da manifestação, largas centenas de milhares de pessoas juntaram-se e marcharam sem grandes alaridos ou alegrias. No Terreiro do Paço, metade da assistência cantou o "Grândola" virada para um palco onde os organizadores discursaram de cravo na mão e a seguir foi-se embora. A outra metade chegou ao local para encontrar a praça vazia e as luzes apagadas.

Nos dias seguintes, multiplicaram-se os triunfalismos inversamente proporcionais ao tom da manifestação e as contraditórias interpretações sobre os seus silêncios e números. Pela primeira vez em dois anos uma manifestação evidenciava-se não pelo que acrescentava e propunha mas precisamente pelo facto de «nada» ter acontecido. Era celebrada precisamente contra aquilo que tinham sido as outras manifestações – eventos que continham em si uma narrativa própria e autónoma. A 2 de Março, a rua voltava a ser um soundbyte que a esquerda que opina e que representa esgrime deste ou de outro modo, tendo em vista a sua legitimação enquanto dispositivo de representação política, uma massa de gente que se apresenta para que alguns especialistas possam depois traduzir o que é que aquelas pessoas quereriam mesmo dizer. De certo modo, a manifestação representou uma vitória para a parte do movimento que, de modo mais clandestino ou mais aberto, sempre pensou que o seu propósito final seria o de forçar um momento político apto a ser cavalgado pela esquerda institucional bem como o de se constituir como a argamassa que possibilitaria a construção da mítica união de (quase) todas as esquerdas. Sendo ainda cedo para aqui perorar sobre as consequências desta manifestação, ou para arriscar outras

interpretações, algo fica claro: contrariamente a todos os outros momentos aqui referidos, que abriam uma porta para o seguinte, o 2 de Março parece ter embatido num muro. Desde logo, a viragem da rua para as instituições devolveu a esse espaço a iniciativa política. Ao mesmo tempo, fez com que o movimento fosse obrigado a pensar sobre a sua forma e esgotou também o modelo que vinha a ser proposto: o da grande manifestação de massas que se afirma enquanto voz unívoca do povo ao qual o governo é obrigado a obedecer. O actual contexto ainda é o resultado do quadro desenhado naquele dia.

Vivemos tempos interessantes

Estas linhas procuraram traçar uma breve narrativa do movimento. Não pretendemos com elas erguer qualquer barricada inexpugnável ou traçar um risco na areia que separe os bons dos maus, os revolucionários dos reformistas, os libertários dos autoritários, os consequentes dos ingénuos. Os problemas que identificamos no movimento são os nossos problemas e assumimo-los por inteiro. Precisamente porque consideramos ser esse o espaço onde podemos conceber uma vida para lá do Estado e do capitalismo, do trabalho assalariado e da divisão entre representantes e representados, sentimos a necessidade de partilhar com quem o integra, atravessa e o faz mover, este balanço de dois anos e qualquer coisa, ao longo dos quais nos encontrámos e desencontrámos, convergimos e divergimos, falámos e escutámos. As nossas críticas não partem de qualquer sentimento de hostilidade e o nosso desejo é que a sua eventual severidade não se torne um obstáculo à comunicação. O que escrevemos pretende ser um ponto de partida e não um ponto final. Tão pouco se trata de avançar uma receita que resulte de um pretenso diagnóstico aqui efectuado. Quisemos introduzir estas notas dissonantes num momento em que ouvimos emergir à nossa volta um concerto aparentemente harmonioso, no qual cada um encontra o seu tempo e lugar, mas cuja partitura nos merece diversas objecções. Desde logo, identificámos nos últimos dois anos e meio uma tensão, oscilante e variável, entre a riqueza dos desejos e comportamentos visíveis na

contestação às medidas de austeridade, por um lado, e, por outro, os esforços para reconduzir essa contestação para canais institucionalizados, que reduzem a revolta e o protesto à reivindicação de um governo melhor. Não se trata aqui de contrapor a métodos moderados outros que sejam mais radicais, de questionar esta ou aquela escolha estratégica por ser pouco competente ou mal-intencionada, de atacar uma proto direcção do movimento para lhe assumir o lugar, de apresentar o enésimo e verdadeiro programa revolucionário. Simplesmente, a nossa presença nas ruas e o encontro entre pessoas outrora separadas sugerem que há mais a esperar dos tempos que correm do que um governo de esquerda, uma democracia real ou uma sociedade civil mais robusta. A revolta que paira no ar revela uma gigantesca insatisfação relativamente às formas de vida oferecidas pelo capitalismo, tanto nas suas variedades mais sofisticadas e sedutoras como naquelas outras, mais prosaicas e familiares, assinaladas pela precariedade, pelo desemprego de massas, pela pobreza, pelo tédio, pelo sofrimento, pela opressão. Identificámos nessa revolta uma possibilidade que contém diversas possibilidades: a de uma separação, secessão, subtracção relativamente a esse modo de produção e a essa técnica de governo, a elaboração em comum de novas formas de vida baseadas na cooperação e na partilha, a constituição de uma potência, de uma força material, uma máquina de guerra capaz de subtrair espaços, instrumentos, corpos e saberes ao Império, traçando uma linha de fuga orientada pelos nossos desejos. Porque não ignoramos as nossas fragilidades nem as nossas limitações, e muito menos as pretendemos ocultar, sabemos que há tanto a fazer, que é já tarde ainda sendo demasiado cedo, que há muitas coisas a aprender e outras tantas por inventar. Isto não é um programa, um congresso fundador ou uma convocatória para a constituição de uma nova internacional. Apenas um convite para o jogo, um apelo a percorrer em conjunto o caminho acidentado e repleto de bifurcações que se abre à nossa frente, com as escolhas e os riscos que isso implica. À nossa frente está o desconhecido e o imprevisível. Vivemos tempos interessantes.